

NOTAS SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO	• O total de crédito rural via Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR representa cerca de 7,5% de todo o crédito do Sistema Financeiro Nacional. Em maio/16, o saldo total dos empréstimos rurais com recursos direcionados dos depósitos à vista (MCR 6-2, exigibilidade de 34%) e da poupança rural (MCR 6-4, exigibilidade de 74%) foi de R\$ 235,9 bilhões, enquanto o saldo de crédito total do SFN foi de R\$ 3,14 trilhões (Fonte: Banco Central). • Crédito total concedido na Safra 2015-2016: R\$ 166,7 bilhões – aumento de 6,7% sobre os R\$ 156,2 bilhões da safra anterior: - Houve redução de 10% no número de contratos, para 2,35 milhões; - O investimento alcançou R\$ 38,3 bilhões, queda de 25,6%; - O custeio cresceu 24,4%, para R\$ 101,6 bilhões; - O crédito para comercialização somou R\$ 26,8 bilhões, aumento de 16,3%; - O total de crédito rural aplicado a juros livres foi de R\$ 25 bilhões (15,0% do total); - O total de crédito rural lastreado em LCAs (MCR 6-7, exigibilidade de 35%, sendo 40% aplicados a juros de 12,75% a.a.) foi de R\$ 14,8 bilhões; • O saldo de títulos do agronegócio em jun/16 foi de R\$ 217 bilhões, sendo R\$ 198 bilhões de LCA; R\$ 2,5 bilhões de CDCA; R\$ 10,4 bilhões de CRA apenas na Cetip e 156 registros de CDA-WA (Fonte: BM&FBOVESPA e Cetip).
1. PROPOSTAS SOBRE CRÉDITO E FINANCIAMENTO	Objetivo: Garantir oferta adequada de crédito e financiamento, a custos compatíveis, para viabilizar a expansão do agronegócio no horizonte de 5-10 anos, nas modalidades para custeio, comercialização e investimento 1.1 Avaliar alternativas dentro das fontes atuais de crédito e financiamento do SNCR • Recursos obrigatórios • Recursos livres • Programas MAPA-BNDES • Fundos Constitucionais 1.2 Buscar o aporte de novas fontes de crédito para custeio, comercialização e investimento • Recursos externos • Mercado de capitais • Fundos de Investimento em Agronegócio - FIAs 1.3 Simplificar e reduzir os riscos e custos associados à concessão pelas instituições financeiras e à contratação do crédito pelos beneficiários do SNCR: • riscos e custos operacionais com questões regulatórias e burocráticas (exigências em demasia, orçamento, custos de fiscalização e observância) • riscos de crédito do produtor, que podem ser reduzidos por mecanismos de opções para hedge de preços, seguro de safra e seguro de renda • avaliar as alternativas de crédito rotativo plurianual, limite único por produtor, mudar o foco de financiar por CPF para o negócio • revisar sub-exigibilidades e concentrar os itens financiáveis em menor número de linhas de financiamento, especialmente dos programas com BNDES 1.4 Aperfeiçoar a legislação dos títulos do agronegócio: • permitir a indexação dos títulos a taxa de juros e moeda estrangeira a) CPR • ampliar o conceito de "produtos rurais" para incluir subprodutos e resíduos de valor econômicos e produtos objeto de beneficiamento e industrialização (limites de transformação e agregação de valor) b) CDCA • instituir possibilidade de alienação fiduciária e cessão fiduciária como garantia alternativa ao penhor, a critério do credor • avaliar alternativas para a expansão do mercado do CDCA, até hipótese de criação de exigibilidade c) CDA-WA • definir exigência de registro somente no caso de uso do título como lastro na emissão de outro título • agilizar a certificação e credenciamento de armazéns • estabelecer segurança jurídica de que o credor tem direito assegurado em caso de Recuperação Judicial - RJ • verificar a situação do Convênio Confaz (tributação somente na retirada da mercadoria pelo comprador final) 1.5 Incentivar a expansão do mercado de CDCA, CDA-WA e CRA • verificar entraves e promover iniciativas para divulgação e para colocar o tema na agenda de empresas e entidades (eventos, treinamentos, materiais etc)

NOTAS SOBRE O MERCADO DE SEGURO RURAL	• O mercado de seguro rural (seguro agrícola, pecuário, florestal e outras modalidades) movimentou prêmio total de R\$ 3,25 bilhões em 2015 (Fonte: SUSEP) • Os recursos do Programa de Subvenção do Seguro Rural - PSR caíram 59% em 2015, para R\$ 282,3 milhões. A área protegida recuou de 10,0 milhões para 2,9 milhões de ha • Em 2016 (até maio) as seguradoras receberam R\$ 639 milhões de prêmios e acumularam sinistros de R\$ 755 milhões (índice de sinistralidade de 118%)
2. PROPOSTAS SOBRE SEGURO RURAL	Objetivos: Estabelecer a organização estrutural e as bases operacionais para a expansão do seguro rural no Brasil. Reduzir os riscos associados às operações dos produtores rurais, ampliando a eficiência e a competitividade das cadeias produtivas do agronegócio
	2.1 Recuperar o orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR e mantê-lo em separado do orçamento operacional do MAPA, mas dentro do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito – OOC (Tesouro Nacional) • realizar ação específica para ampliar o volume na programação orçamentária de 2017
	2.2 Eliminar a inconstância operacional e política do PSR, que ocasiona perdas financeiras e riscos operacionais e legais para as seguradoras, insegurança dos produtores e prejuízo ao desenvolvimento de novas tecnologias e produtos de seguro • Alinhar e definir com os participantes de mercado as normas, regras e sistemas • fixar um calendário de eventos do PSR para dar um horizonte claro aos participantes (safra de verão e de inverno, lavouras etc)
	2.3 Investir na permanente ampliação do Zoneamento Agropecuário de Risco Climático - ZARC, nas tecnologias e ferramentas associadas e nos sistemas de informação para ampliar a base de dados e reduzir os custos do seguro rural no Brasil
	2.4 Viabilizar a implantação do Fundo de Catástrofe. Regulamentação pendente.
	2.5 Integrar as políticas do PROAGRO e PSR reduzindo sobreposições e distorções entre as políticas
	2.6 Promover iniciativas para divulgação e para colocar o tema na agenda de empresas e entidades (eventos, treinamentos, materiais etc)
NOTAS SOBRE COMERCIALIZAÇÃO E RENDA	• O VBP - Valor Bruto da Produção Agropecuária projetado para 2016 é de R\$ 514 bilhões (Fonte: SPA-MAPA) • Fator 1:3 de cada R\$ 1 produzido no campo é gerado mais R\$ 0,97 pela agroindústria e depois mais R\$ 1,07 pelo setor de distribuição (atacado e varejo) • Não há estudos completos sobre os canais e o "giro da comercialização" (quantas vezes o produto troca de mãos no fluxo entre o produtor e o processador ou exportador da matéria prima) • A comercialização é o segmento mais "tradicional", menos tecnológico, do agronegócio: assimetria de informações entre os agentes; processo decisório dos produtores mais intuitivo que racional; novas tecnologias e comercialização eletrônica ainda incipientes • A grande volatilidade dos preços agropecuários tem alto poder de destruição de valor. Volatilidades médias no período 2010-2016: boi gordo 10%; dólar na BM&F 14%; milho e soja 24%; açúcar, café e petróleo 32%. • O produtor rural brasileiro utiliza muito pouco os instrumentos de hedge, ao contrário dos norte-americanos, onde o hedge chega a 70% da safra. • A sustentação da renda do produtor fica na dependência da Política de Garantia de Preços Mínimos, que sempre enfrenta restrições de orçamento ou de instrumentos
3. PROPOSTAS SOBRE COMERCIALIZAÇÃO E RENDA	Objetivo: Reduzir os riscos de preços e de renda dos produtores rurais e aumentar a eficiência da comercialização agropecuária
	3.1 Orçamento da Política de Garantia de Preços Mínimos – OOC • Garantia e sustentação de preços (PEP, PEPRO, PROP, subvenção a opções): houve redução dos recursos de R\$ 2,65 Bilhões em 2015 para R\$ 250 milhões em 2016. Proposta 2017: recompor para R\$ 2,65 Bilhões • Equalização na formação de estoques: houve redução dos recursos de R\$ 800 milhões em 2015 para R\$ 249,3 milhões em 2016. Proposta para 2017: recompor para R\$ 800 milhões
	3.2 Extinguir o CIEP – Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Decreto No. 7.920, de 15.02.2013), retornando para o MAPA a competência na decisão e implementação das políticas e ações
	3.3 Reduzir os riscos de preços através da subvenção na compra de contratos de opções por produtores e cooperativas, viabilizando a integração da PGPM com os mecanismos de mercado
	3.4 Aprimorar os instrumentos existentes e o processo operacional na execução da PGPM
	3.5 Promover iniciativas para divulgação dos mecanismos de gestão de risco de preços e de renda dos produtores rurais

4. PROPOSTAS CORRELATAS ("AMBIENTE DOS NEGÓCIOS")	4.1 Criar a alternativa da "Pessoa Jurídica Rural" para transformar produtores rurais, especialmente os maiores, da gestão por CPF para PJ, ampliando o volume potencial de lastro para emissão de títulos e de informações para maior integração com o mercado financeiro e de capitais e incentivar a transparência dos negócios como forma de reduzir a taxa de juros para as operações rurais bem administradas
	4.2 Incentivar a criação de um "Cadastro de Produtores", de natureza voluntária, para gerar base de dados para ampliar o estoque e a eficiência do sistema de informação sobre os produtores
	4.3 Promover o desenvolvimento de uma central de dívida, ônus e gravames para avaliar o comprometimento de produtores rurais com sua cadeia de fornecedores e financiadores
	4.4 Criar o Fundo Garantidor de Créditos para investimento
	4.5 Uniformizar os processos e reduzir os custos cartorários relacionados ao financiamento do agronegócio
	4.6 Definir a questão da propriedade de terras por estrangeiros
5. NOVOS TEMAS OU ITENS	
6. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS	